



RELATÓRIO DE VIAGEM

DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DO EVENTO	CIDADE/PAÍS
15 de agosto de 2023	18 de agosto de 2023	Taller de Consolidación AC ODS1	Buenos Aires / Argentina

RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
Entidades Fiscalizadoras Superiores dos países da América do Sul (EFSUR)	[Digite aqui]	Ministro Jhonatan de Jesus, Darlan José Gabriel Filho (assessor do Min Jhonathan), Ana Paula Silva da Silva (Auditora-Chefe da AudEducação)

JUSTIFICATIVA (RESUMO)

A participação no evento foi muito importante para compartilhamento de experiência e práticas entre as ISCs. Muito embora o TCU não tenha participado da fiscalização, foi importante compartilharmos nossas ações e práticas que impactam o atingimento do ODS1, que foi tema do trabalho, bem como nossa reestruturação e ações dentro da AudEducação que estão relacionadas aos Direitos Humanos e Equidade, às quais também tem correlação com o ODS 1.2 e 1.3. Neste ponto, o discurso de abertura feita pelo Ministro Jhonatan de Jesus foi muito preciso e abrangente, abrindo portas para parcerias futuras.

[Neste campo demonstre a relevância do trabalho desempenhado na cidade de realização do evento, para a obtenção da autorização de viagem. Procure ser objetivo (a), apresentando apenas o que for importante para análise do pleito. Lembre-se que este relatório será publicado]

RELATO

Apresento o relatório de viagem referente ao Taller de Consolidação da Auditoria coordenada no âmbito da EFSur sobre “Políticas para el logro de las metas del ODS 1 Y mitigacion del impacto de Covid 19 con énfasis en la disminución de las brechas de género, abrangendo o período de 2020 e 2021

Registramos que o Tribunal de Contas da União não integrou a fiscalização que se deu no âmbito da EFSUR e foi coordenada pela Auditoria Geral da República da Argentina – AGN. Sem embargo, houve por bem o TCU me indicar, na condição de titular da AudEducação para participar, tendo em vista a participação, na mesa de abertura, do Min Jhonathan de Jesus.

Minha participação teve como objetivo principal, além de possibilidade de estreitamento de laços e contatos com equipes que trabalham temas correlatos aos afetos à AudEducação, escutar, observar para apontar oportunidades de atuação e ações no âmbito deste Tribunal.

Em primeiro lugar registro que, no âmbito da reestruturação ocorrida na Segecex no início deste ano, foi criada uma Diretoria nova na AudEducação à qual incumbe a fiscalização de temas relacionados a Direitos Humanos e Equidade.

Neste primeiro semestre estamos dedicados a construir uma estratégia de controle integrada para esta UT, bem como apresentar à Segecex, para discussão, uma proposta de estratégia de atuação para o Controle Externo como um todo.

Neste ponto o Taller está muito relacionado com o trabalho em curso, uma vez que trata do ODS 1 - diminuição da pobreza, com foco na desigualdade de gênero, relacionando-se fortemente com questões de Equidade e de Direitos Humanos. Especialmente quanto à Equidade, tanto pelo viés econômico, como pelo viés de gênero.

É importante ter em mente que, quando tratamos de Direitos humanos, é preciso garantir que o cidadão exista (tenha sua vida preservada), bem como tenha autodeterminação (tenha condições de ocupar espaços decisórios e políticos), bem como tenha liberdade de fato para fazer suas escolhas.

Este Taller foi importante para se conhecer os diversos níveis de maturidade dos 12 países (incluindo a ISC de Bogotá) da América Latina que participam da fiscalização.

As questões e discussões passaram por compreender em que medida os Estados Nacionais administraram a pandemia com foco em diminuição de desigualdade de gênero, investigando se havia marco legal para alcançar as metas ODS 1.2 e 1.3, bem como se havia órgão designação para este mister ou mecanismos para coerência vertical e horizontal no âmbito administrativo, com olhar para os mecanismos operacionais que, de fato, viabilizasse, a adoção de medidas para afastar a desigualdade de gênero.

Outro ponto considerado no trabalho foi a efetiva participação de Organizações da Sociedade Civil no desenho, na execução, no monitoramento e na avaliação dos programas e políticas adotados.

Houve uma avaliação detalhada da medição, do monitoramento e da avaliação das metas dos ODS 1.2 e 1.3, com olhar sobre gênero.

Por último, importou saber se houve transparência e análise do impacto das ações e estratégia de financiamento e orçamento previsto para diminuição das desigualdades nas políticas de diminuição da pobreza

Considero relevante a aproximação do TCU com as entidades de natureza regional, especialmente por termos interesse na assunção da presidência da Olacef em futuro breve.

É preciso ir fortalecendo laços.

Por outro lado, registro a importância de que tanto a participação, como eventuais propostas do TCU se deem considerando o foco no futuro, na entrega de valor para a sociedade e no aprimoramento da Administração Pública.

Ações que possam levar a achados e propostas que alavanquem o aprimoramento da Administração Pública. Ou que, apenas por se colocar em pauta determinado tema, já haja uma indução positiva de comportamento e melhoria da Administração Pública.

Vejo risco em aderirmos no futuro a trabalhos que têm o olhar voltado mais fortemente para o passado, como este presente trabalho. A tempestividade é um fator relevante em trabalhos de controle externo.

No presente caso, o escopo restrito a 2020 e 2021, e medidas apenas circunstanciais, deixou um pouco a desejar, neste particular, pois não permite avaliar medidas governamentais tomadas desde janeiro de 2021 que possam ter impactado positiva ou negativamente a diminuição da pobreza com foco em desigualdade de gênero. Há algum nível de risco para construção das conclusões e das propostas de deliberação.

Neste ponto é importante nos distinguirmos de órgãos oficiais de pesquisa. A uma porque não é nossa missão constitucional e há custos de oportunidade envolvidos. A dois, porque corremos o risco de comunicar resultados tomando a parte pelo todo.

Ademais, percebi que podemos ter um olhar mais aprimorado para interseccionalidade. Isto importa muito para o Brasil e também para a América Latina. Fiscalizações envolvendo gênero podem e devem ter outros recortes, tais como, questões de raça, econômicas e sociais, questões de território (rural x urbano), orientação sexual etc. Neste ponto o Brasil pode compartilhar a experiência da AudEducação com outras ISCs.

Penso que podemos extrair lições aprendidas para escolhas de trabalhos futuros aos quais fomos aderir, ao mesmo tempo em que podemos contribuir com nossa experiência.

Um terceiro ponto de que podemos extrair da experiência é a boa prática de sempre considerar a participação da sociedade civil organizada (SCO). De fato, ainda não temos incorporada esta prática, que se revela útil e indutora de crescimento de maturidade da sociedade.

Cumpramos avaliar não só a participação individual do cidadão, mas se é efetiva a participação das SCO desde a concepção até a avaliação das políticas e programas de governo.

Para além destes pontos, a experiência vai ajudar as discussões internas da AudEducação que culminarão com a proposta de estratégia da desta Unidade de Auditoria Especializada.

Outro aspecto que gostaria de destacar é a relevância de atuação em conjunto com países da AL em função dos aspectos que nos unem: desigualdade e insegurança, como bem destacou o Auditor Geral da República da Argentina, em sua fala de abertura.

Algumas causas relevantes são também objeto de fiscalização desta Unidade Técnica. Quero ressaltar a questão da desigualdade de acesso, permanência e qualidade da Educação que impacta diretamente nas oportunidades para os diversos grupos minoritários que são prioridade nesta UT.

Descreva o evento de forma sucinta, destacando aquilo que possa ser útil a outros colegas, como transferência de conhecimento. Evite elogios e juízo de valor, tais como: "O evento foi muito proveitoso", "Os anfitriões são muito acolhedores", "O evento não foi bem organizado" etc.
Caso o evento deixe de trazer algo de novo, causando frustração em termos de expectativas, relate os pontos considerados altos em relação ao conhecimento transferido, ou faça um paralelo daquilo que foi apresentado e a situação do TCU]

ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

Proponho ao Tribunal inserir o tema da Educação nos temas de trabalhos Coordenados dentro da Olacef e da EFSUR, além de fornecer o apoio à UT para fazer benchmarking sobre formas de fiscalização dos temas relacionados à atuação da AudEducação.

Como mencionei acima, entendo como relevante o avanço da inclusão, nos nossos trabalhos de controle, de análise sobre a efetiva participação da sociedade civil organizada (não controle social individual) nas fases de desenho, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Outro aspecto importante é o de orçamento sensível a gênero e raça. É preciso avançarmos no controle externo dessa questão, tendo em vista que se mostra como essencial ponto de partida tanto para avaliação das ações governamentais ligadas à equidade, como para indução de melhores práticas de formulação e implementação das políticas públicas pelos próprios gestores.

Por fim, a partir da construção da nossa estratégia, assim como de metodologia de avaliação de aspectos de equidade, aplicável em todas as fiscalizações levadas a efeito pelo Tribunal, podemos ser liderança na América Latina em abordagens de interseccionalidade e transversalidade nos trabalhos desenvolvidos.

Baseado em sua experiência e as novas informações/os novos conteúdos assimilados, proponha pontos de melhoria para o Tribunal atingir a sua missão precíua ou para sua Unidade, caso a ação seja específica para o seu trabalho.]